



1° SIMULADO DELEGADO

PCCA



Estratégia
Carreira Jurídica

1º Simulado Especial

1º Simulado PC-PA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Delegado da PC-PA;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Instituto AOC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-PA-Delegado-12-12-20>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E | 81 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E | 82 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E | 83 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E | 84 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E | 85 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E | 86 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E | 87 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E | 88 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E | 89 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E | 90 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E | 91 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E | 92 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E | 93 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E | 94 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E | 95 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E | 96 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E | 97 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E | 98 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E | 99 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

A água do planeta vai acabar?

Dizem que a água do planeta Terra está diminuindo. Ela vai acabar um dia? Existe previsão de quando isso vai acontecer? O que está sendo feito para resolver a situação?

O engenheiro Léo Heller, da Universidade Federal de Minas Gerais, explicou que a quantidade de água no planeta é a mesma nos últimos milênios e não deve mudar no futuro, ou seja, a água como um todo não vai acabar. O problema, porém, é que a quantidade de água de boa qualidade e disponível para o consumo humano – aquela que podemos usar para beber e cozinhar – está diminuindo.

Ele conta que as mudanças no clima do planeta geram secas, enchentes e outros eventos que causam impactos nos rios e lagoas que abastecem as cidades. “Pouca coisa tem sido feita a respeito, mas é hora de planejarmos situações de emergência e de criarmos condições para que as cidades estejam mais preparadas para enfrentar a falta de água”, alerta Léo.

Se cada um fizer sua parte, o desperdício de água será cada vez menor. Pequenas atitudes como evitar banhos muito demorados, fechar a torneira enquanto escovamos os dentes e até mesmo regar as plantas ao amanhecer e ao entardecer já fazem uma grande diferença!

Disponível em <<http://chc.cienciahoje.uol.com.br/a-agua--do-planeta-vai-acabar>>

01. De acordo com a interpretação do texto,

- a) A água salgada pode acabar se não cuidarmos da água dos rios.
- b) Se não administrarmos o consumo de água de boa qualidade, teremos problemas com a falta dela no futuro.
- c) Tanto água salgada, quanto potável vão acabar no futuro.
- d) Água dos rios sem poluição depende dos cuidados da água dos mares.
- e) A poluição das águas das lagoas tem sido o problema do planeta.

02. Assinale o trecho do texto em que há uma sugestão para enfrentar uma possível falta de água.

- a) “a quantidade de água no planeta é a mesma nos últimos milênios e não deve mudar no futuro” (1º parágrafo)
- b) “O engenheiro Léo Heller, da Universidade Federal de Minas Gerais, explicou que a quantidade de água no planeta é a mesma nos últimos milênios”. (1º parágrafo)
- c) “Se cada um fizer sua parte, o desperdício de água será cada vez menor”. (3º parágrafo)
- d) “Ele conta que as mudanças no clima do planeta geram secas, enchentes e outros eventos que causam impactos nos rios e lagoas que abastecem as cidades” (2º parágrafo)
- e) “Pouca coisa tem sido feita a respeito”. (2º parágrafo)

03. Assinale a alternativa que analisa corretamente a função sintática da expressão “do planeta” no trecho “Ele conta que as mudanças no clima do planeta geram secas” (2º parágrafo).

- a) Sujeito que pratica a ação de gerar.
- b) Palavra que complementa o sentido do nome “mudanças”.
- c) Palavra que complementa o sentido do nome “clima”.
- d) Palavra que complementa o sentido do verbo “gerar”.
- e) Palavra que especifica o sentido do nome “clima”.

04. Em “fechar a torneira enquanto escovamos os dentes e até mesmo regar as plantas ao amanhecer e ao entardecer já fazem uma grande diferença!” (3º parágrafo), a expressão em destaque poderia ser substituída adequadamente por

- a) mesmo assim
- b) quando
- c) mas também
- d) inclusive
- e) embora

05. A relação de sentido estabelecida pelo conectivo em destaque no trecho “Se cada um fizer sua parte, o desperdício de água será cada vez menor.” (3º parágrafo) é de

- a) condição
- b) consequência
- c) tempo
- d) lugar
- e) oposição

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Ranielison Passos

06. No browser Google Chrome, um atalho de teclado permite adicionar a página atual (aquela que está exibida na tela) aos Favoritos. Esse atalho de teclado é:

- a) Ctrl + F.
- b) Ctrl + D.
- c) Ctrl + A.
- d) Ctrl + T.
- e) Ctrl + V

07. Par trançado, cabo coaxial e fibra óptica são meios físicos que podem ser usados para transmitir um fluxo bruto de bits de uma máquina para outra. Em relação a esses meios de transmissão guiados, analise as afirmativas a seguir.

I - A fibra não é afetada por picos de voltagem, interferência eletromagnética ou quedas no fornecimento de energia.

II - Pares trançados possuem melhor blindagem que o cabo coaxial, e assim, podem se estender por distâncias mais longas em velocidades mais altas.

III - A transmissão de dados de rede sem fio, wireless, não pode ser utilizada para conectar máquinas que estão a quilômetros de distância.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente II;
- c) somente III;
- d) somente I e II;
- e) I, II e III.

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DO PARÁ

Sérgio Henrique

08. Assinale a alternativa correta acerca das unidades de conservação do Pará.

I- Reserva Biológica das nascentes da Serra do Cachimbo. É uma “caixa d’água” no sul do Pará, pois há muitas nascentes importantes, como a do rio Iriri. Está localizada no oeste paraense e faz parte das sub-bacias do rio Xingu e Tapajós.

II- As Unidades de Conservação no sul do Pará sofrem os impactos das grandes obras de construção civil e infraestrutura, como as usinas hidrelétricas, rodovias e ferrovias. A **Flona Jamanxim** e a **Rebio do Cachimbo** são unidades de conservação afetadas na região de Altamira e Novo Progresso, bem como ocorrem atividades de garimpo ilegal nas Terras Indígenas Munduruku, em Novo Progresso e Itaituba.

III- Oito unidades de conservação do Pará ficaram entre as 10 mais desmatadas da Amazônia, no mês de setembro de 2020. Os dados são do Deter, sistema do INPE que faz o monitoramento sobre as alterações na cobertura florestal. Dos 964,45 km² desmatados na Amazônia Legal, quase a metade, mais de 44% (425,99 km²), pertence ao estado. Assinale a alternativa correta sobre o tema.

Estão corretas as proposições:

- a) Nenhuma.
- b) II e III estão corretas.
- c) I e II estão corretas.
- d) I e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

09. Das proposições abaixo assinale a correta:

- a) Foram criadas várias unidades de conservação na bacia do Rio Tapajós, antes que surgisse a atividade de garimpo ilegal, mas a medida foi ineficaz para conter o avanço da atividade.
- b) A Serra do Cachimbo, apesar da existência de uma base militar do exército, tem seus ecossistemas ameaçados pelo garimpo ilegal e seu território é um dos mais devastados no Pará, e a maior área afetada pelas queimadas em 2020.
- c) A atividade de garimpo é permitida nas unidades de conservação se constar no plano de manejo, pois se respeitados critérios técnicos é uma atividade sustentável.
- d) Toda a atividade de garimpo é proibida em qualquer área de unidades de conservação homologada, devido ao alto impacto ambiental da atividade.
- e) A atividade de garimpo é permitida nas unidades de conservação se constar no zoneamento, como é o caso dos garimpos da Flona Itaituba e a APA Tapajós, partes de uma reserva garimpeira. A região mais afetada pelo garimpo está ao longo do curso do rio Tapajós.

10.

Fazendeiros e empresários organizaram 'dia do fogo', apontam investigações

Operação da PF apreendeu documentos e computador de presidente do Sindicato Rural de Novo Progresso

“Os principais suspeitos pelo dia do fogo, nos dias 10 e 11 de agosto, são empresários, fazendeiros e madeireiros, segundo as investigações da polícia civil e polícia federal” **Folha de São Paulo 23-10-2019.**

A principal área afetada é a Floresta Nacional do Jamanxim, a principal reserva pressionada por atividades de exploração ilegal de recursos e grilagem de terras. Assinale a alternativa correta, acerca do tema:

- a) De acordo com a Resolução 185/2012 do Consep, Novo Progresso pertence à 15º RISP – Região de

Tucuruí e engloba os municípios de Tucuruí, Aveiro, Jacareacanga, Itaituba, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão e localidade de Castelo dos sonhos (Altamira).

b) De acordo com a Resolução 185/2012 do Consep, Novo Progresso pertence à 15º RISP – Região do Tapajós, e engloba os municípios Jacareacanga, Itaituba, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão, Altamira e Santarém.

c) De acordo com a Resolução 185/2012 do Consep, Novo Progresso pertence à 15º RISP – Região de Carajás e engloba os municípios de Carajás, Aveiro, Jacareacanga, Itaituba, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão e localidade de Castelo dos sonhos (Altamira).

d) De acordo com a Resolução 185/2012 do Consep, Novo Progresso pertence à 15º RISP – Região do baixo Amazonas, e engloba os municípios Jacareacanga, Itaituba, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão, Altamira e Santarém.

e) De acordo com a Resolução 185/2012 do Consep Novo Progresso, pertence à 15º RISP – Região do Tapajós, e engloba os municípios de Aveiro, Jacareacanga, Itaituba, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão e localidade de Castelo dos sonhos (Altamira).

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

11. Com relação ao sistema de registro de preços, previsto na Lei n. 8.666/1993, assinale a alternativa correta

- a) A existência de preços registrados impõe a Administração celebrar as contratações que deles poderão advir.
- b) De acordo com a Lei 8.666/1993, o sistema de registro de preços terá validade não superior a dezoito meses.
- c) O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais.
- d) A licitação para elaboração da ata de registro de preços será feita mediante pregão ou convite.
- e) A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, não sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

12. No que se refere aos poderes administrativos, em especial, ao poder de polícia, assinale a alternativa correta, de acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores

- a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.
- b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.
- d) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que permite a Administração Pública, com seus próprios meios, executar seus atos e decisões, sem precisar de prévia autorização

judicial. Assim, a autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

e) Sobre o prazo prescricional da sanção de polícia, é pacífico o entendimento de que Estados e Municípios aplicarão sempre o prazo de 05 anos, previsto no Decreto 20.910/32.

13. Assinale a alternativa incorreta sobre a modalidade licitatória denominada Pregão, prevista na Lei n. 10.520/2002

- a) O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.
- b) O pregão é utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, entendendo-se como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- c) No procedimento do pregão, é vedada a exigência de garantia de proposta, bem como a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- d) Declarado vencedor, qualquer licitante poderá recorrer no prazo de 05 dias, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- e) As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços, previsto na Lei 8.666/1993, poderão adotar a modalidade de pregão.

14. Assinale a alternativa que se coaduna com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre Desapropriação

- a) Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.
- b) Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, sem direito a correção monetária.
- c) A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.
- d) Na desapropriação para instituir servidão administrativa não são devidos os juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
- e) A invasão do imóvel não é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.

15. João obtém na Prefeitura do Município “X” permissão de uso a título precário e por tempo determinado, durante a realização da Festa Junina da cidade, de espaço delimitado, situado na Praça Central, para venda dos famosos milhos verdes, produzidos em sua fazenda, situada no Município. A permissão foi assinada pelo Prefeito, nos termos do Decreto Municipal, que dispôs sobre os critérios para utilização do espaço durante o evento e está aguardando publicação.

Este ato administrativo é

- a) perfeito, válido e eficaz.
- b) perfeito, válido e ineficaz.
- c) perfeito, inválido e ineficaz.
- d) imperfeito, inválido e ineficaz.
- e) imperfeito, válido e ineficaz.

16. A respeito da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar que

- a) Em razão da previsão de responsabilidade civil objetiva do Estado, não se admite o direito de regresso contra o agente público responsável por dano causado ao ente privado.
- b) A responsabilização objetiva do Estado em caso de morte de detento somente ocorre quando houver inobservância do dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.
- c) A responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público pelos atos causados por seus agentes é objetiva, tendo a mesma natureza, a responsabilidade civil dos agentes públicos.
- d) O Estado será sempre responsável pelos danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.
- e) O Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente que o Estado não responde pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros.

17. Acerca dos contratos administrativos, é incorreto afirmar que

- a) O instrumento de contrato é obrigatório apenas nos casos de concorrência, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites desta modalidade de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- b) As cláusulas econômico-financeiras não podem ser alteradas unilateralmente pela Administração.
- c) Segundo entendimento do STJ, não há garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão realizado sem prévia licitação.
- d) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

e) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

18. No que diz respeito ao tema improbidade administrativa, assinale a alternativa correta

- a) Conforme entendimento sumulado, ao particular não se aplica o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.
- b) Nos termos da Lei n. 8.429/1992, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações civis de improbidade.
- c) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e) Os agentes políticos, inclusive o Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

19. Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição. A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.

c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.

d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

20. A respeito do controle de constitucionalidade, indique a alternativa correta

- a) No controle abstrato de constitucionalidade da competência do Supremo Tribunal Federal, não se aplicam hipóteses de impedimento e nem de suspeição de Ministro, salvo por razões de foro íntimo suscitadas pelo próprio Ministro.
- b) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a perda superveniente de representação no Congresso Nacional causará a desqualificação do partido político para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.
- c) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) tem por objeto ato do Poder Público que causa ou possa causar lesão a preceito fundamental, razão pela qual admite-se a sua utilização para questionar enunciados de súmulas vinculantes.
- d) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- e) Da decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não cabe recurso, exceto embargos declaratórios. Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ADI, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.

21. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador de Alagoas, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

22. O Presidente da República editou medida provisória para reformulação do ensino médio. A Rede Sustentabilidade, partido político com representação no Senado Federal, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, sob alegação de que a medida provisória não atende aos requisitos relevância e urgência. A respeito do tema, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a assertiva correta.

- a) O partido político não tinha legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade, uma vez que é pressuposto indispensável a representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- b) Medidas provisórias não são leis e não podem ser combatidas por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- c) É vedada a edição de medida provisória sobre educação e ensino.
- d) Inexistindo comprovação da ausência de urgência, não há espaço para atuação do Poder Judiciário no controle dos requisitos de edição de medida provisória pelo chefe do Poder Executivo.

e) Não cabe ao Judiciário a análise da urgência da medida provisória, de modo que apenas ao Presidente da República foi atribuída a prerrogativa de verificar a necessidade ou não de fazer uso da espécie normativa, conforme as prioridades de seu governo.

23. A respeito da repartição de competência legislativa, aponte a alternativa em que consta o assunto sobre o qual os Estados só poderão legislar sobre partes específicas e se houver lei complementar federal que autorize.

- a) naturalização.
- b) orçamento.
- c) juntas comerciais.
- d) ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- e) custas dos serviços forenses.

24. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que venezuelanos residentes no Brasil, independentemente do tempo, possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) A competência para julgar as causas relativas aos direitos de nacionalidade e de naturalização é de juízes federais.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- e) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.

25. João da Silva, Presidente da República, declarou durante uma reunião ministerial que negros não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, Motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) João da Silva é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) A instauração de inquérito e de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar João da Silva pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

26. A respeito da Ordem Social, indique a única alternativa incorreta.

- a) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. As Universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- b) É dever do Estado, dentre outros relativos à educação, ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- c) O Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Dessa sorte, é

dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

- d) Os Estados e o Distrito Federal devem destinar parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

27. Assinale a alternativa incorreta nos termos do Código Penal:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- d) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- e) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou privada, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

28. Analise as afirmações adiante à luz da jurisprudência e da legislação e assinale a alternativa correta:

- a) o homicídio qualificado-privilegiado é hediondo.
- b) o aborto do feto com microcefalia não configura crime, de acordo com o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.
- c) no caso do roubo próprio, a consumação ocorre com o apoderamento do bem, não se exigindo a posse mansa e tranquila.
- d) a retratação, no caso dos crimes contra honra, comunica-se aos demais agentes, além de ser cabível até a sentença.
- e) A sentença concessiva do perdão judicial, no caso de homicídio culposo, é condenatória, com a excepcional extinção da punibilidade, em razão da desnecessidade da pena.

29. Julgue os itens a seguir:

I – Everardo, na mesma ocasião, exigiu da vítima, mediante ameaça com arma de fogo, a carteira, contendo 200 reais em espécie, e a senha do seu cartão de crédito. Deve responder, assim, pelos crimes de roubo e extorsão, em concurso.

II- Em dezembro de 2019, Gilson ingressou em um ônibus e anunciou um assalto com uma faca, subtraindo bens da empresa de transporte e de 5 passageiros. Deve responder por seis roubos, em concurso formal, com a majorante de um terço até metade.

III – Eusébio namora Laura e ficou sabendo que ela foi a uma festa com vestido curto. Por isso, quando a encontra, resolve ter relações sexuais com ela, mesmo com resistência da namorada, “para ensiná-la a se vestir como uma pessoa decente”. Deve responder por estupro corretivo, que é forma qualificada do delito.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

30. João Cleber, investigado por um homicídio praticado na cidade de Santarém/PA, resolve matar o investigador da PCPA responsável pelo caso. Ao ver o policial saindo do trabalho, dispara de longe e acaba acertando Sofia, uma médica que passava pelo local e nada tinha a ver com os fatos.

Assinale a alternativa que traz a situação em que incorreu João Cleber e a consequência penal:

- a) Error in persona, responderá por homicídio doloso funcional.
- b) Error in objecto, responderá por homicídio doloso simples.
- c) Aberratio ictus por erro no uso dos meios de execução, responderá por homicídio doloso funcional, em razão de ter como vítima desejada um agente de segurança pública.
- d) Aberratio ictus por acidente, responderá por homicídio culposo.
- e) Erro de tipo essencial, só podendo responder por culpa.

31. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a prescrição:

- a) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- b) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- c) A sentença ou acórdão condenatórios interrompem a prescrição, mas não o acórdão confirmatório da condenação.
- d) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- e) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

32. João estava fazendo um cruzeiro com sua amada, Lara, quando o navio ancorou próximo à Ilha do Algodal. Neste momento, o navio começou a afundar. Os dois começaram a nadar e, sem muita técnica, conseguiram encontrar uma única boia, pequena, flutuando, momento em que o amor acabou. Lutaram por aquela boia, o que levou Rosa a ser afastada da boia por João. Por isso, ela morreu afogada.

Quando João foi socorrido, o resgate informou que a boia suportava duas pessoas com certeza. Neste caso:

- a) Conforme a teoria limitada da culpabilidade, temos um caso a ser tratado como erro de tipo permissivo, pois João imaginava estar coberto por uma excludente de ilicitude. Por isso, se o erro for considerado evitável, ele poderá responder por homicídio culposo.
- b) Nos termos da teoria limitada da culpabilidade, o caso deve ser tratado como erro de tipo permissivo, pois João imaginava estar coberto por uma excludente de ilicitude. Por isso, se o erro for considerado evitável, ele deverá ter a pena diminuída de um terço a dois terços.
- c) Segundo a teoria normativa pura, o erro deve ser tratado como erro de tipo. Se escusável, o agente não responde, pois ficam afastados o dolo e a culpa. Se inescusável, o agente responde pela modalidade culposa do delito.
- d) Consoante a teoria normativa pura, temos um nítido caso de exclusão da culpabilidade, por ausência de potencial consciência da ilicitude. Trazida por Hans Welzel, com o advento do finalismo, é adotada pela maioria da doutrina como sendo a que se extrai da Parte Geral do Código, após a Reforma de 1984. Se evitável o erro, o agente responde, mas com causa de diminuição de pena, de um sexto a um terço.
- e) No caso, temos aberratio ictus, o que leva o agente a responder pelo homicídio doloso, ainda que não quisesse matar Rosa.

33. Assinale a alternativa que NÃO representa um entendimento consolidado do STF sobre matéria penal:

- a) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.
- b) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
- c) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após a condenação recorrível, não obsta ao prosseguimento da ação penal.
- d) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- e) Salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.

34. Assinale a alternativa que traz um crime para o qual a lei NÃO prevê a ação penal privada:

- a) Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia, consoante determina o artigo 167 do Código Penal.
- b) Violação de direito autoral, no seu tipo simples do caput do artigo 184 do CP, por previsão do artigo 186, inciso I, também do CP.
- c) Fraude à execução, em razão do que prescreve o parágrafo único do artigo 179 do Código Penal.
- d) Estelionato, se praticado contra adulto capaz, que não seja maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz, nos termos do artigo 171, § 5º, do CP.
- e) Exercício arbitrário das próprias razões, se praticado sem violência, por previsão do parágrafo único do artigo 345 do Código Penal.

35. Assinale a alternativa correta sobre decadência, renúncia e perdão do ofendido:

- a) A representação será irretratável após a sentença condenatória irrecorrível.
- b) Importa renúncia tácita ao direito de queixa a prática de ato incompatível com a vontade de exercê-lo, como o fato de receber o ofendido a indenização do dano causado pelo crime, independentemente da pena prevista.
- c) No caso do crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, previsto no artigo 236 do Código Penal, a ação penal é classificada como privada personalíssima. Isso porque a ação penal depende de queixa do contraente enganado, não podendo ser oferecida por cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- d) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia da ação ou omissão, ou, no caso de ação penal privada subsidiária da pública, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.
- e) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, não prejudica o direito de queixa em relação aos demais.

36. Assinale a resposta incorreta sobre os crimes contra a dignidade sexual:

- a) O crime de estupro de vulnerável configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante o eventual consentimento da vítima para a prática do ato, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- b) Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro configura o crime de importunação sexual, delito expressamente subsidiário.
- c) o estupro corretivo, que se configura quando tem por finalidade controlar o comportamento social ou sexual da vítima, enseja o aumento da pena de um terço a dois terços.
- d) a pena do estupro é aumentada de metade se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio,

irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.

e) Se o agente pratica sexo com sua esposa e se esquece da porta aberta, razão pela qual é surpreendido no ato por seu enteado, menor de idade, pratica o crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

37. O inquérito policial é procedimento preparatório da ação penal, que possui o objetivo de apurar provas da ocorrência da infração penal e de sua autoria. Considerando as características do inquérito policial, marque a alternativa correta.

- a) Apesar de dispensável, o inquérito policial, quando existente, deverá sempre acompanhar a denúncia ou a queixa, servindo de base a uma ou outra.
- b) A instauração do inquérito pode ocorrer de ofício, salvo quando o crime for de ação privada subsidiária ou exclusivamente privada, quando será exigido requerimento expresso do ofendido.
- c) No curso do inquérito policial, a autoridade poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que com autorização judicial.
- d) Ordinariamente, o procedimento deverá ser finalizado no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de 20 (vinte) dias, se estiver solto.
- e) O advogado do acusado não poderá ter acesso aos autos de inquérito, se assim a autoridade policial entender pertinente às investigações.

38. Jeremias foi preso em flagrante por ter supostamente cometido o delito de tráfico ilícito de entorpecentes, na praça central da sua cidade. Após a prisão, foi apreendido pela equipe policial seu telefone celular, no qual foram encontradas mensagens de aplicativo nas quais era negociada a venda das drogas. O aparelho foi encaminhado, juntamente com o preso, à autoridade policial, que determinou a transcrição das conversas para o inquérito policial. Nessa situação hipotética, considerando o que determina o Código de Processo Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores, marque a alternativa correta.

- a) Por se tratar de prova imprescindível às investigações e à instauração da ação penal, é possível a transcrição das conversas telefônicas.
- b) As mensagens não poderiam ter sido acessadas sem autorização do suspeito, o que enseja a nulidade de sua prisão e de todos os atos posteriores.
- c) Não seria necessária prévia autorização judicial para o acesso ao celular do preso, considerando que foi preso em flagrante.
- d) A autorização judicial somente é necessária quando se tratar de interceptação telefônica, não existindo necessidade para acesso aos dados constantes em aplicativo de mensagens.
- e) Inexistindo ordem judicial para a apreensão do aparelho e para o acesso às mensagens, a prova é considerada ilícita.

39. De acordo com o Código de Processo Penal, quando tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

- I - Dirigir-se ao local, providenciando que não se alterem o estado das coisas até a chegada dos peritos criminais.
- II - Determinar, se for o caso, a realização de exame de corpo de delito ou outras perícias.
- III - Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato, inclusive averiguar a vida pregressa do indiciado.
- IV - Representar pela prisão preventiva do investigado, se for o caso.
- V - Requerer à autoridade judiciária a apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato.

Estão corretas somente as assertivas

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, II, III, IV e V.
- d) I, II, III e V.
- e) I, II, III e IV.

40. A respeito da busca e apreensão, dispõe o Código de Processo Penal que:

- a) as buscas domiciliares serão executadas de dia, ainda que o morador consinta que se realizem à noite.
- b) finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, normalmente assinando-o com duas testemunhas presenciais.
- c) a busca em mulher deverá ser sempre feita por outra mulher.
- d) em casa habitada, a busca deverá ser realizada após a retirada de todos os moradores, com vistas a impedir a frustração da diligência.
- e) a autoridade policial ou seus agentes não poderão, de modo algum, penetrar no território de jurisdição alheia, ou de outro Estado, devendo apresentar-se à autoridade competente e requerer autorização.

41. Em relação à prisão em flagrante, marque a alternativa correta.

- a) Por segurança dos agentes públicos, o preso não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua prisão, salvo se apresentadas razões de seu interesse à autoridade judicial.
- b) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a prisão, deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante e comunicados a família do preso ou pessoa por ele indicada.
- c) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 anos.
- d) O flagrante impróprio ocorre quando o agente é perseguido após o cometimento da infração em situação que faça se presumir ser ele o autor do delito.
- e) Não é admitido, em nosso ordenamento jurídico, o chamado flagrante presumido.

42. No tocante à liberdade provisória e à fiança, marque a alternativa correta.

- a) O pagamento da fiança poderá ser dispensado pela autoridade policial, em razão da situação econômica do preso.
- b) A liberdade provisória deverá ser concedida, de um modo geral, apenas quando não estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva.
- c) Não poderá ser concedida liberdade provisória ou fiança ao preso pelo crime de racismo, bem como pelo delito de tráfico ilícito de entorpecentes.
- d) O valor da fiança poderá, conforme o caso, ser reduzido em até dois terços e aumentado em até 100 (cem) vezes.
- e) O réu afiançado não poderá, sob pena de cassação da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante.

43. "A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, cuja finalidade é assegurar uma eficaz investigação policial, quando se tratar de apuração de infração penal de natureza grave. Está prevista na Lei 7.960/89 e foi idealizada para substituir, legalmente, a antiga prisão para averiguação, que a polícia judiciária estava habituada a realizar, justamente para auxiliar nas suas investigações". (Nucci, Guilherme de Souza. 2013. *Código de Processo Penal comentado*. 12ª. São Paulo : RT, 2013). Considerando as características da prisão temporária, assinale a opção correta.

- a) A prisão temporária pode ser decretada, pelo juiz, a qualquer momento da investigação policial ou do processo judicial, com objetivo de assegurar a obtenção de provas da infração.
- b) É possível a decretação da prisão temporária de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.
- c) Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.
- d) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, após nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade.
- e) É cabível a prisão temporária quando necessária à garantia da ordem pública, da ordem econômica, por

conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

44. Em relação aos princípios que regulam o processo penal, marque a alternativa correta.

- a) É princípio expresso no Código de Processo Penal a ampla defesa, em sua nuance de defesa técnica, por meio de profissional especializado.
- b) O princípio da divisibilidade é aplicável tanto às ações penais públicas quanto privadas.
- c) A duração razoável do processo é norma de caráter programático, não possuindo eficácia imediata e não sendo autoaplicável.
- d) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer em silêncio, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado, quando possível.
- e) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, inclusive em inquérito policial, aos acusados em geral são assegurados o contraditório prévio e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

45. De acordo com o Código de Processo Penal, não sendo caso de arquivamento do inquérito e tendo o investigado praticado delito com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e/ou alternativamente:

- a) prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena máxima cominada ao delito.
- b) pagar prestação pecuniária a entidade pública ou de interesse social que tenha, preferencialmente, como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito.
- c) cumprir, por prazo determinado, outra condição indicada pelo Ministério Público, desde que não sejam suficientes as outras obrigações previstas no Código de Processo Penal.

- d) reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, apenas quando se tratar de acusado reincidente no mesmo crime praticado contra o patrimônio.
- e) confissão formal e irretratável da prática da infração penal, que não pode ter sido cometida com violência ou grave ameaça.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

46. Amaro, brasileiro domiciliado na Inglaterra, desapareceu depois de ocorrer um acidente em uma viagem de cruzeiro que fazia. Passados dez anos, iniciam-se os procedimentos para a sucessão definitiva, já que a probabilidade de que Amaro esteja vivo é praticamente inexistente. Em relação à sucessão do patrimônio de Amaro, é correto afirmar que:

- a) será processada pela lei brasileira;
- b) será processada pela lei do país que for soberano em relação ao local do naufrago do cruzeiro;
- c) a capacidade dos herdeiros de Amaro domiciliados no Brasil será definida pela lei inglesa;
- d) será processada pela lei inglesa, a depender da natureza dos bens do patrimônio;
- e) será processada pela lei inglesa.

47. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

- a) está localizada a sede do empregador;
- b) reside o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;
- e) tiver registro na classe profissional.

48. Constitui ato ilícito:

- a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;
- b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;
- c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;

d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação;

e) a publicação de matéria jornalística que, de alguma forma, ainda que noticiando fatos, macule a imagem de um político.

49. Não são responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- b) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- c) o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- d) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia;
- e) o agente, em caráter pessoal, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

50. Em relação à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva;
- b) o bem imóvel público não está sujeito a usucapião;
- c) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural;
- d) aquele que, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis;
- e) o imóvel público não é passível de usucapião, independentemente do tempo de posse de boa-fé daquele que pretende a exercer.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

51. Sobre competência, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.
- b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorrer no estrangeiro.
- d) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.
- e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação deverá ser proposta na capital do respectivo ente federado.

52. A respeito das normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- b) A exigência de atuação conforme a boa-fé é destinada apenas às partes do processo.
- c) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- d) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de ineficácia.
- e) Para fins de julgamento do agravo interno e do agravo de instrumento não é necessário observar a ordem cronológica de conclusão prevista no artigo 12 do Código de Processo Civil.

53. Sobre a Lei do Mandado de Injunção, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quanto aos efeitos da decisão, a lei 13.300/16 adota, como regra, a corrente concretista intermediária geral.
- b) A petição inicial será desde logo indeferida quando a impetração for manifestamente incabível ou manifestamente improcedente.
- c) Da decisão de relator que indeferir a petição inicial, caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.
- d) Findo o prazo para apresentação das informações, será ouvido o Ministério Público, que opinará em 10 (dez) dias, após o que, com ou sem parecer, os autos serão conclusos para decisão.
- e) O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada em outros elementos probatórios.

54. Marque a alternativa correta de acordo com a Lei de Ação Civil Pública:

- a) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, desde que haja requerimento do autor.
- b) Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, exclusivamente.
- c) Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- d) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças à Defensoria Pública para as providências cabíveis.
- e) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá às vítimas.

55. Sobre a ação de improbidade, considere:

I. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que não configura bis in idem a coexistência de acórdão condenatório do Tribunal de Contas ao ressarcimento do erário com sentença condenatória proferida em ação civil pública por improbidade administrativa.

II Nos termos da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), na fixação das sanções por ela cominadas, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como os antecedentes do agente e o proveito patrimonial por este obtido.

III. As regras de prescrição em improbidade administrativa aplicáveis aos particulares que participam do ato ímprobo são as mesmas do agente público também envolvido.

- a) Apenas o item II está incorreto.
- b) O item I e II estão incorretos.
- c) Os itens I, II e III estão incorretos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) nenhuma das anteriores.

DIREITO AMBIENTAL

Luis Carls

56. Segundo a Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) controle da poluição
- b) águas
- c) energia
- d) populações indígenas
- e) atividades nucleares

Resposta.

57. Segundo o Código Florestal (Lei 12.651/2012), todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente. Para uma propriedade rural localizada na área de campos gerais da Amazônia Legal, a reserva legal deve observar o percentual mínimo de:

- a) 80%
- b) 60%
- c) 45%
- d) 35%
- e) 20%

58. A responsabilidade civil por danos acarretados ao meio ambiente, segundo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça é:

- a) subjetiva, baseada na teoria do risco integral.
- b) objetiva, lastreada na teoria do risco integral.
- c) objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.
- d) subjetiva, independentemente da análise do elemento subjetivo do tipo.
- e) subjetiva, devendo ficar comprovado o dolo ou a culpa do infrator quanto ao dano perpetrado.

59. No que tange a responsabilidade criminal por danos acarretados ao meio ambiente, a conduta de praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais constitui crime previsto na Lei 9.605/98. Quanto ao tipo penal, é correto afirmar que:

- a) não abrange animais domesticados.
- b) deve ter pena aumentada de um sexto a um terço se o animal for cão.
- c) torna-se um crime qualificado se o animal for gato.
- d) a pena é aumentada de metade, se ocorre morte do animal.
- e) não abrange animais exóticos.

60. Em relação à Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, firmada em Washington, em 3 de março de 1973, aprovada pelo Decreto Legislativo no 54, de 24 de junho de 1975, e promulgada pelo Decreto no 76.623, de 17 de novembro de 1975, é correto afirmar que:

- a) a autoridade administrativa da Convenção no Brasil é o Ministério do Meio Ambiente;
- b) a autoridade científica é o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico no Rio de Janeiro-RJ.
- c) as espécies incluídas no Anexo I da CITES são consideradas ameaçadas de extinção e que são ou podem ser afetadas pelo comércio, de modo que sua comercialização somente poderá ser autorizada pela Autoridade Administrativa mediante concessão de Licença ou Certificado.
- d) as espécies incluídas no Anexo III da CITES por intermédio da declaração de qualquer país são aquelas cuja exploração necessita ser restrita ou impedida e que requer a cooperação no seu controle, podendo ser autorizada sua comercialização, mediante Certificado, por qualquer órgão ambiental do país membro da Convenção.
- e) as Licenças CITES são intransferíveis e poderão ter o período de sua validade estabelecido até o máximo de um ano, sendo facultado à Autoridade Administrativa determinar prazo inferior.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

61. A Constituição Federal de 1988 assegura diversos direitos humanos, representando uma das cartas mais modernas do mundo. Com base nas disposições constitucionais e no posicionamento dos tribunais superiores, pode-se afirmar:

- a) Para a progressão de regime de cumprimento de pena ou a aplicação de regime menos severo, não é necessário o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- b) O Brasil é um estado soberano, interna e externamente, de modo que não se submete à jurisdição de nenhum tribunal internacional.

c) Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal não podem ser abolidos, mas é possível a sua redução.

d) O art. 5º, inciso IV assegura a liberdade de manifestação de pensamento de modo que é totalmente possível a escrita, edição, divulgação e comercialização de livros que façam apologia a ideias preconceituosas contra a comunidade judaica, por exemplo.

e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm eficácia plena.

62. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1948, representa um marco no processo de internacionalização dos direitos humanos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional.

b) A Declaração, em razão do relevante papel que desempenha no cenário internacional, é dotada de efeito vinculante aos Estados signatários.

c) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem direito de procurar e gozar asilo em outros países. No entanto, tal direito não poderá ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.

d) Como manifestação dos direitos de primeira dimensão, a Declaração assegura a todo ser humano o direito à propriedade, só ou em sociedade com outros, vedando qualquer forma de privação de tal direito.

e) Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão, podendo receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, desde que respeitadas as fronteiras nacionais.

63. A Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes foi promulgada pelo Decreto nº 40/1991 e, desde então, encontra-se em pleno vigor em nosso país. Sobre a Convenção, pode-se afirmar:

- a) Considera-se como tortura qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos são infligidos dolosa ou culposamente a uma pessoa a fim de obter informações ou confissões.
- b) A tortura caracteriza-se pelo sofrimento imposto ao indivíduo buscando obter, apenas dela, sem abarcar terceiros, informações ou confissões.
- c) Apenas os sofrimentos físicos impostos são compreendidos no conceito de tortura.
- d) Para que haja a caracterização da tortura, exige-se que seja praticada por funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, não bastando a mera instigação ou aquiescência.
- e) Não há que se falar em tortura quando as dores ou sofrimentos sejam consequência unicamente de sanções legítimas, que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorrentes.

64. A afirmação histórica dos direitos humanos refere-se aos fatos relevantes que levaram ao surgimento dos direitos e garantias protetivos da dignidade das pessoas. Com base na doutrina majoritária, assinale a alternativa correta:

- a) A afirmação dos direitos humanos ocorre independentemente de descobertas científicas ou invenções técnicas.
- b) Nota-se que a cada momento histórico com registro de guerras, atrocidades e grandes crises, a sociedade é profundamente atingida e, com isso, caminha na afirmação dos direitos humanos.
- c) Os primeiros registros de direitos humanos surgem apenas após a Segunda Guerra Mundial, como consequência dos acontecimentos traumáticos causados pelo confronto bélico.
- d) A liberdade, como valor inicial dos direitos humanos, foi objeto de luta na Revolução Francesa de 1789, sem qualquer registro histórico relevante antes desse período.
- e) O estatuto das liberdades pessoais despontou com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

65. O procedimento de incorporação de normas internacionais sobre direitos humanos determinará a natureza jurídica de tais normas no ordenamento jurídico brasileiro. Assinale a alternativa que apresenta um diploma que apresente status de norma constitucional:

- a) Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.
- b) Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- c) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- d) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.
- e) Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Ivan Marques

66. A respeito do afastamento do agressor do lar conjugal nos casos de violência doméstica, a Lei 13.827, de 2019, trouxe importantes inovações. Aponte a alternativa correta a respeito do tema:

- a) Sempre o magistrado será o competente para fazê-lo.
- b) A lei requer, no mínimo, que a autoridade a colocar o agressor para fora do lar seja delegado de polícia.
- c) Se não houver juiz ou delegado no momento da notícia criminis, a única opção será a polícia acompanhar a ofendida para retirar seus pertences.
- d) A medida serve para proteger a mulher, mas não seu dependente menor de idade.
- e) Tanto o magistrado, o delegado ou qualquer policial poderá afastar o agressor do lar conjugal, desde que respeitado o critério de subsidiariedade legal.

67. O feminicídio caracteriza:

- a) majorante
- b) agravante
- c) privilégio
- d) qualificadora
- e) delito autônomo

68. Qual das frações abaixo está compatível com as disposições legais da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)

- a) O traficante, na modalidade privilegiada, poderá ter a sua pena reduzida de um terço a dois terços (art. 33, § 4º).
- b) Se a a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, teremos uma causa de aumento de pena de um terço a dois terços (art. 40, III).
- c) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços (art. 41).
- d) Nos crimes de tráfico de drogas, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de um terço da pena (art. 44, parágrafo único).
- e) Se o agente não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, as penas podem ser reduzidas de um sexto a dois terços (art. 46).

69. O acordo de não persecução penal foi apresentado pela Lei 13.964 de 2019 com a promessa de reduzir os problemas envolvendo as ciências criminais. Diante de seu conteúdo normativo, em qual dos delitos abaixo o Ministério Público poderia, em tese, propor acordo de não persecução penal:

- a) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima praticada contra policial civil.
- b) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave.
- c) extorsão qualificada pela ocorrência de lesão corporal.
- d) furto qualificado pelo emprego de explosivo.
- e) genocídio mediante esterilização forçada de mulheres.

70. A conduta de recusar a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino privado por motivação de procedência nacional caracteriza:

- a) exercício regular de direito.
- b) crime de racismo.
- c) opção constitucional.
- d) crime contra o consumidor.
- e) crime contra criança ou adolescente.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem e Diego Pureza

71. Sobre as características da Criminologia enquanto ciência, assinale a alternativa correta

- a) A Criminologia se vale do método lógico-dedutivo, na medida em que parte dos princípios gerais do direito para só então aplicar conclusões de forma generalizada em casos concretos.
- b) Os objetos de estudo da Criminologia atual é a vítima, o controle social, a pena e o crime.
- c) Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.
- d) Para a Criminologia moderna, o crime é um problema puramente filosófico.
- e) A criminologia caracteriza-se por ser uma ciência normativa e unidisciplinar.

72. Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

- a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.
- b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.
- c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.
- d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.
- e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delinquente. Praticando o delito estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

73. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

- I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.
- II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos. Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente a alternativa I é verdadeira.

74. As Teorias do Consenso defendem que, as pessoas que vivem em sociedade, aceitam as normas vigentes, já que compartilham de objetivos comuns. Assinale a alternativa que contempla as espécies de teorias criminológicas de base sociológicas do consenso:

- a) Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura delinquente e a teoria do etiquetamento.
- b) Escola de Chicago, teoria da subcultura delinquente, teoria de associação diferencial, teoria da anomia, teoria crítica.
- c) Teoria da associação diferencial, teoria crítica e teoria do etiquetamento.
- d) Teoria da subcultura delinquente, teoria da anomia, teoria de associação diferencial e Escola de Chicago.
- e) Teoria crítica e teoria do etiquetamento.

75. A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico. O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

- a) Teoria da Associação Diferencial.
- b) Escola de Chicago.
- c) Teorias da Anomia.
- d) Teoria do Labelling Approach.
- e) Teoria da Subcultura Delinquente.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

76. Dentre as alternativas abaixo assinale aquela que representa um fenômeno abiótico imediato:

- a) Abolição da motilidade.
- b) Desidratação cadavérica.
- c) Livor mortis.
- d) Esfriamento cadavérico.
- e) Rigidez cadavérica.

77. Nas regiões onde há cruzamento de muitas fibras, as lesões produzidas por instrumento perfurante tomam forma de quadrilátero, triângulo ou seta devido à/ao:

- a) Sinal de Chavigny.
- b) Sinal de Montalti.
- c) Funil de Bonnet.
- d) Primeira Lei de Filhos.
- e) Lei de Langer.

78. Podem ser características dos tiros à longa distância, **exceto**:

- a) orla de escoriação.
- b) orla de enxugo.
- c) zona de tatuagem.
- d) auréola equimótica.
- e) orifício de entrada com diâmetro menor que do projétil.

79. A desordem caracterizada pela excitação sexual intensa e recorrente resultante de tocar ou se esfregar em uma pessoa que não consentiu com esse ato é chamada de:

- a) edipismo.
- b) frotteurismo.
- c) pigmalianismo.
- d) narcisismo.
- e) dolismo.

80. No estrangulamento, o sulco produzido possui as seguintes características, **exceto**:

- a) horizontal.
- b) múltiplo.
- c) contínuo.
- d) por cima da cartilagem tireóidea.
- e) uniforme.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-PC-PA-Delegado-12-12-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
